



MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 9 de outubro de 2018

Horário: 11h

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Moreira Franco, fez a abertura da 4ª Reunião Extraordinária, cumprimentando as autoridades presentes, passando, em seguida a palavra ao Senhor Secretário-Executivo do CNPE para início das apresentações.

2 – MATÉRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO

A Assessora Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia, Marisete Dadald, apresentou o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CNPE nº 7/2018, intitulado “Medidas para a viabilização da Usina Nuclear Angra 3”.

Iniciou a apresentação informando que o assunto vem sendo debatido há quatro anos e que o objetivo do Grupo de Trabalho é a realização de estudos para apresentação de proposições ao CNPE acerca da viabilidade econômica da Usina Angra 3, bem como sugerir outras medidas necessárias para a continuidade do empreendimento.

Segundo a Assessora, foram efetuadas diversas reuniões buscando uma solução para o tratamento a curto prazo, da questão relacionada a retomada da obra, já autorizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, tendo como entrave a defasagem da tarifa de energia e a falta de recursos financeiros da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e da Eletrobras Termonuclear S.A - Eletronuclear para continuar arcando com os pagamentos dos financiamentos existentes.

Dando continuidade, fez um relato sobre as características principais do projeto, informando que o valor do investimento direto até os dias de hoje é da ordem de R\$ 6,6 bilhões, o saldo devedor (dívidas contraídas com data base de dezembro de 2017) de R\$ 7,9 bilhões (BNDES: R\$ 3,6 bilhões; CEF: R\$ 3,2 bilhões e Eletrobras/Reserva Global de Reversão – RGR: R\$ 1,1 bilhão), necessitando de investimentos diretos para conclusão da obra no montante de R\$ 15 bilhões. Ressaltou ainda que pelo Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2026, a usina deverá entrar em operação em janeiro de 2026.

Diante do cenário exposto, a Assessora ressaltou que o Grupo de Trabalho observou ser necessário definir um arranjo onde o futuro parceiro possa concluir a obra e também traga recursos para o empreendimento, apresentando em seguida, dois modelos: com participação societária, mantendo controle mínimo pela União e sem participação societária, demonstrando vantagens e questões em aberto, concluindo ao final pela necessidade da definição do modelo de contratação até junho de 2019.

Finalizando, apresentou medidas de curto e médio prazo objetivando dar início as tratativas de negociação e de seleção de um novo parceiro para a conclusão da obra.

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Reive Barros, apresentou a metodologia adotada no cálculo do preço de referência de Angra 3 (Avaliações para Cálculo de Tarifa de Equilíbrio – TEQ).

O Presidente, fez um relato sobre a Metodologia da Tarifa de Equilíbrio – TEQ; as Premissas utilizadas; as Sensibilidades realizadas; os Resultados dos cálculos da TEQ (Preço de Referência); e ao final teceu algumas considerações e recomendações.

Segundo o Presidente, a metodologia adotada para a proposta é a mesma utilizada nos cálculos dos preços-tetos dos leilões de energia já consagrada na EPE, tendo, também, aderência com os preços adotados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Para adoção das premissas, informou que as principais fontes utilizadas foram os estudos realizados pela EPE, em 2017, a pedido do Ministério de Minas e Energia, que redundaram em duas notas técnicas (Notas Técnicas EPE/PRE 01/17 e EPE/PRE 02/17), incluindo, também, referências internacionais e os estudos da Alvarez & Marsal/Eletronuclear (e.g. investimento, cronograma de desembolso, operação e manutenção - O&M).

Informou ainda, que com base nesses estudos foram realizadas as Sensibilidades, considerando, especialmente, aqueles efetuados pelo Alvarez & Marsal/Eletronuclear e avaliando, também, em todos os cenários, o resultado do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, que mede a capacidade de pagamento da dívida da empresa, considerando a geração de caixa operacional líquida.

Finalizando, apresentou os Resultados dos cálculos da Tarifa de Equilíbrio – TEQ (Preço de Referência), recomendando a necessidade de realizar um processo de seleção de empresa para viabilizar a conclusão do empreendimento, de modo a revelar preços de mercado.

O Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRAS, Wilson Ferreira Júnior, apresentou os aspectos econômicos e financeiros do projeto Angra 3.

Iniciou a apresentação informando que em 2017, o Operador Nacional do Sistema – ONS emitiu um relatório técnico elencando a importância de Angra 3 no Sistema Interligado Nacional, destacando quatro temas:

- Alta disponibilidade e confiabilidade: não depender de vazão de rios, ventos e sol, a Usina de Angra 3 se torna um dos principais recursos do subsistema Sudeste/Centro Oeste.
- Produção Energética: 1.405 MW_{méd} a uma disponibilidade de aproximadamente 90%, Angra 3 supre a necessidade de cerca de 5 milhões de residências, além de acrescentar 7,2% na energia armazenável máxima do sistema.
- Proximidade com centros de consumo: a usina disponibiliza a sua energia diretamente no subsistema Sudeste/Centro Oeste, que possui a maior carga do país, a sua contribuição permite evitar congestionamentos nas interligações entre subsistemas.
- Segurança Energética: alta capacidade de produção energética e disponibilidade aumentam a segurança do Sistema Interligado Nacional, o que diminui as chances de queda, como os apagões.

Segundo o Presidente Wilson Ferreira, se Angra 3 estivesse no sistema em 2017, já com a tarifa revisada, reduziria o custo ao consumidor nos períodos de seca, tendo em vista que evitaria despacho de fontes mais caras, economizando um montante de, aproximadamente, R\$ 330 milhões.

Com a retomada da obra, capaz de gerar 200 mil empregos diretos, segundo o Presidente, e para que Angra possa operar no ano de 2026, é necessário readequar a tarifa atual e equacionar o endividamento, de modo a viabilizar investimentos de outros parceiros.

Finalizando, informou que a Eletronuclear está em processo de reestruturação organizacional, tendo feito reduções de custo de pessoal ao longo dos últimos anos, por meio de programas de demissão voluntária - PDV e que há outras iniciativas para serem implementadas como: criação de centro de serviços compartilhados; sucessivos PDVs; redução de custos de aluguéis; e programas de redução de custos. Ressaltou ainda, que a aprovação de uma nova tarifa é condição básica de qualquer negociação para com seus credores.

A Assessora Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia, Marisete Dadald, apresentou a proposta de Resolução que aprova o Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho, que recomenda, considerando os objetivos expostos na Resolução CNPE nº 07, de 05 de junho de 2018, adotar novo valor, como referência, para o preço de energia de Angra 3, informando que o Relatório e a proposta da Resolução constavam do material distribuído aos Conselheiros.

Após os debates dos membros do Conselho, foi deliberada a sua aprovação. O Ministro Moreira Franco ressaltou a importância da aprovação da matéria, objeto de muita discussão ao longo dos anos.

Em seguida, o Ministro Moreira Franco concedeu a palavra ao representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, Plínio Nastari, que fez um relato sobre outras alternativas para o suprimento de energia, convidando o Conselho a estender o mesmo raciocínio despendido à proposta aprovada, para a energia térmica gerada pelo setor privado.

O Ministro Moreira Franco ressaltou que a sugestão é absolutamente adequada e solicitou à EPE que meditasse sobre o assunto para futura apresentação ao Conselho.

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Reive Barros informou que, do ponto de vista das diversas fontes e em função do potencial existente no Brasil, a EPE procura o equilíbrio no planejamento e maximiza a utilização da fonte em função do seu potencial. Ressaltou que no Plano Decenal 2027, já está endereçado esta preocupação de criar, verificar e precificar os atributos da fonte e dando oportunidade a todas elas.

3 - ASSUNTOS GERAIS

Na sequência dos assuntos da pauta, o Ministro Moreira Franco passou a palavra ao Secretário-Executivo do CNPE, José Wanderley Uchoa Barreto, que aprovou, juntamente com os membros do Conselho, a Memória da 36ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de junho de 2018.

Em seguida, deu ciência aos Conselheiros, de acordo com os termos regimentais, que o Tribunal de Contas da União emitiu decisão por intermédio do Acórdão nº 2199/2018 - TCU - Plenário, de 19 de setembro de 2018, que trata do processo de acompanhamento da Quinta Rodada de Licitações para outorga de blocos, em áreas do Pré-Sal, para exploração e produção de petróleo e gás natural em regime de partilha de produção: “considerar que, sob o ponto de vista formal, foram atendidos os requisitos do primeiro estágio da outorga previstos no art. 7º, inciso I, e no art. 8º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 27/1998”.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Presidente do CNPE, Ministro Moreira Franco, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.